

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

OCUPAÇÃO HUMANA DO ESPAÇO URBANO DE ADUSTINA E IMPACTOS AMBIENTAIS

Jose Valter Alves da Rocha¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de um estudo de caso, o qual busca nos mostrar de forma breve os principais problemas ambientais oriundos da ocupação humana dentro do espaço urbano -sede- do município de Adustina. Este trabalho é resultados de observações in lócus, de determinadas áreas da cidade de Adustina, como também foi realizado pesquisa em órgãos públicos como IBGE, e departamento de obras da prefeitura Municipal. A cidade necessita de investimentos em infraestrutura como pavimentação, paisagismo, e uma politica publica em prol da conscientização da população em desenvolver ações sistematizadas em defesa de um ambiente urbano mais adequado aos princípios ecológicos e ambientais.

Palavras-chaves: Espaço urbano, desenvolvimento sustentável e impactos ambientais urbanos.

INTRODUÇÃO

De acordo com o que temos vivenciado nos últimos tempos, a respeito do processo de urbanização no mundo e no Brasil, percebemos um crescimento acelerado da população urbana e conseqüentemente uma rápida ocupação do próprio espaço urbano tendo como resultado a concentração de grande números de pessoas em áreas

¹ Jose Valter Alves da Rocha, é graduado em pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe, especialista em psicopedagogia institucional e clinica pela faculdade Redentor R. J., especialista em Gestão Escolar pela Universidade Cidade de São Paulo-UNICID, e pós graduando em Educação Ambiental, pela Faculdade do Noroeste da Minas-FINOM e Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe EaD/UAB.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

improprias para a habitação de pessoas proporcionando assim, inúmeros problemas de ordem social e principalmente ambiental.

Como sabemos, o que tem causado esse crescimento populacional urbano, não é o próprio crescimento da população urbana em si, isso de forma natural. Esse crescimento é oriundo do processo de migração rural-urbana, o chamado êxodo rural. Na atualidade, o processo migratório campo-cidade esta presente em todas as regiões do Brasil, bem como em todos os países periféricos, outrora chamados de subdesenvolvidos.

Adustina não é diferente. Apesar de ser uma cidade recente, emancipada em 1989, tem hoje uma população de 15.667, segundo o censo de 2010, sendo 10.132 habitantes da zona rural e 5.574 habitantes da zona urbana. O censo de 2000, detectou uma população de 14.540 habitantes, com uma concentração de 31,35 % na zona urbana e 68.65% concentrada na área rural. Sua área urbana é equivalente a 632,140 KM², sendo localizada a 10,53º de longitude ocidental e 36,090º de latitude sul, especificamente na região Nordeste da Bahia, situada a 330 Km da capital baiana, Salvador e faz fronteira com os município de Poço Verde, Sergipe, Fatima, Paripiranga, Sitio do Quinto no Estado da Bahia.

O presente trabalho busca enquanto estudo de caso, fazer uma análise a respeito do processo de ocupação humana do território que constitui o espaço urbano do Município de Adustina, e as transformações que este espaço tem sofrido em virtude de ações impensadas no tocante às aglomerações e ocupações sem uma política de urbanização responsável e preocupada com os elementos naturais existentes.

De acordo com o que foi detectado, notamos que o Município da Adustina não houve um crescimento tão acentuado durante esta ultima década, girando em torno de 0,08%. Porem a população urbana cresceu mais 1,6%. O que demonstra que o crescimento urbano é superior ao crescimento populacional.

No presente trabalho não queremos focalizar especificamente o processo de crescimento entre a população rural versus população rural, e sim mostrar como o processo de urbanização esta interferindo no meio ambiente no qual a sede do município de Adustina esta inserida.

Este é o proposito do nosso trabalho. Buscar fazer uma análise a respeito dos problemas ambientais gerados pelo processo de ocupação humana desordenada e das consequência que isso tem gerado.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

OCUPAÇÃO URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS.

De acordo com o que detectamos por meio de observações e análise, ficou evidente que o crescimento urbano da sede do município de Adustina não foi diferente do que ocorreu na maioria das cidades do Brasil, e porque não dizer no mundo. O pequeno lugarejo, surgiu nos anos de 1890 às margens de um pequeno riacho, denominado Riacho da Nação, o qual é afluente do Rio Velho, sendo este pertencente à bacia hidrográfica do Rio Vaza Barris. Porém, seus primeiros desbravadores instalaram-se em áreas rurais, onde hoje localiza-se a antiga fazenda Gravatá, e adjacências, pertencentes às famílias Garcia Dávila e Dantas Paes.

O processo inicial de ocupação deu-se em virtude da migração de habitantes do distrito de Coité, hoje Paripiranga, município do qual Adustina foi Desmembrado no Ano de 1989. Os Mateiros como assim eram chamados os recém-chegados, já que as pessoas denominavam sua terra de origem, os arredores da sede de Paripiranga, de “Mata”, como ainda hoje é comum por aqui essa denominação.

Ao chegarem por aqui, esses novos moradores passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária de subsistência e extensiva, adotando técnicas rústicas de manejo do solo, promovendo queimadas, para o plantio de produtos como o feijão, o milho, a abóbora, a algodão, a mandioca, e outros. Esse processo de manejo do solo rendeu à nova povoação a toponímia de Queimadas, como muitos ainda hoje, faz referência, ao referir-se à Adustina.

No entanto, a degradação dos elementos naturais do município de Adustina, não é algo recente, e sim sempre fez parte do nosso contexto histórico. Agora, referindo-se apenas ao perímetro urbano, podemos notar uma grande leva de fatores que tem denunciado os muitos problemas de ordem ambiental, os quais fazem parte do cotidiano dos adustineses.

São os vários aspectos que podemos perceber que se enquadram como elementos inerentes aos impactos ambientais, porém antes de enumerá-los, faz-se necessário conceituar o termo impacto.

O que é impacto ambiental?

Antes de conceituar impacto ambiental, é necessário primeiramente conceituar meio ambiente, uma vez que os impactos ambientais não existem por si próprio, uma

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

vez que é resultado das transformações sofridas pelo meio ambiente em virtude de determinados fatores os quais podem ser naturais ou antrópicos, ou seja, causados pelo ser humano, que são muito comuns, e intensos.

Segundo WEBER; BALLY,

“O meio ambiente é constituído por aquilo que pertence a ninguém e/ou atravessa a propriedade. Decorre daí que a evolução do meio será uma evolução social, uma evolução da relação de apropriação entre natureza e sociedade”. (WEBER; BALLY, 2005, p. 274).

Dessa forma, o termo meio ambiente esta relacionado a tudo que foi naturalmente construído e que não dependeu da ação humana para existir, e por isso, na sua dinâmica estrutural e existencial envolve o relacionamento harmônico entre seres bióticos e seres abióticos.

A expressão ambiente tem origem latim “ambiens” e que significa “que rodeia”. Portanto “meio ambiente” é definida de várias maneiras, como circunvizinhanças de um organismo, incluindo plantas, animais e os microrganismos com os quais ele interage. (RICKLEFS, 1993).

Voltando à questão ambiental, ou seja, às transformações que o meio ambiente sofre, principalmente pela ação irracional do homem, os chamados impactos ambientais, temos como definição:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:(I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população;(II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais" (Resolução do CONAMA n.º 001 de 23/01/86).

Assim, podemos afirmar que impacto ambiental é qualquer alteração que venha acontecer em um determinado ambiente, seja ele favorável á manutenção dos elementos naturais existentes ou não.

No tocante aos aspectos encontrados no ambiente urbano do município de Adustina podemos afirmar que aqui os impactos são danosos para os elementos naturais aqui existentes como, devastação de espécies da flora e da fauna, como por exemplo, dentro da área urbanizada registramos apenas a existência de uma única árvore nativa , que é uma baraúna a qual está localizada no espaço interno do colégio municipal, e no tocante a espécies da fauna, a única espécie que aqui existe são gambas sarei ou saruê como são chamados pelos habitantes da região, os quais se adaptaram ao ambiente urbano.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Também foi detectado que até a década de 1990, como não havia sistema de coleta de esgoto era comum os habitantes construírem fossas para coleta de dejetos humanos (fezes e urina), sem nenhuma orientação o que poderia contaminar o lençol freático aqui existente. Com a implantação do sistema de coleta de esgoto, na década de 1999, surge um novo problema, o qual é ignorado pela população, já que os dejetos que são coletados no espaço urbano são lançados em córregos localizados aos arredores da cidade, sem nenhum tipo de tratamento, sendo estes dejetos lançados no açude publico localizado a cinco quilômetros da sede do município.

De acordo com o estudo realizado, ficou evidente que a cidade de Adustina desenvolveu-se de forma que os primeiros moradores não se preocuparam em organizar um plano estratégico de urbanização. Só após a emancipação é que foi organizado um sistema de desenvolvimento urbano e expansão da área urbana em forma de xadrez, o que caracteriza praticamente quase toda área urbana, porem organização esta desenvolvida sem nenhuma preocupação com os aspectos ambientais.

Também podemos observar que a cidade possui um sistema de arborização precária, o qual é realizado pelos moradores de forma aleatória e sem nenhum tipo de orientação por parte do poder publico, e que este também não desenvolveu nenhuma politica de orientação e organização de ocupação por parte da população de baixa renda que migraram, principalmente nos últimos anos, para áreas de risco como foi detectado a presença de ruas às margens do riacho denominado Riacho das Nações, onde é comum em épocas chuvosas o alagamento dessa ruas, pondo em risco os seus moradores. Outro problema ali detectado é o fato desses moradores estarem também correndo o risco de contaminações em virtude dos esgotos presentes no córrego ali existente.

De acordo com Machado,

A crise urbana é consequência de uma política com interesses externos. O crescimento acelerado das cidades... se deu devido o Brasil ter seguido as determinações e os planos de desenvolvimento das nações ricas. Isso ocorreu sem terem sido analisadas as especificidades da população brasileira, que tem costumes, cultura e valores sociais diferentes dos países desenvolvidos. (MACHADO, 2009).

Sabemos que o processo de urbanização hoje requer estudos a respeito principalmente dos impactos ambientais o qual a área que será ocupada deverá sofrer. Para isso é necessário planejamento e licença para que a realização de obras e construções civis possam ser feitas. Para isso a resolução 237/97 do CONAMA, artigo 6º,

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

estabelece que as atribuições dos municípios no licenciamento de atividades que possam causar impactos local deve compreender que:

aos órgão ambiental municipal, ouvir os órgãos competentes da União, dos Estados do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local e daqueles que lhe forem delegados pelo Estado por instrumento legal ou Compete convênio. (resolução 237/97 CONAMA, artigo 6º, 1997).

No entanto, é necessário que o município siga as orientações e exigências impostas pelos órgãos superiores competentes para que assim nem infrinja a lei nem tampouco comete ações prejudiciais ao meio ambiente.

No tocante à conservação dos recursos ambientais, o artigo 23 da Constituição federal de 1988, define que é dever do Estado, em todas as suas esferas, proteger o meio ambiente atribuindo a responsabilidade de defesa preservação e manutenção dos recursos naturais. É bom lembrar que a Constituição artigo 225, inciso VI paragrafo único, enfatiza o seguinte:

“Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder publico e à coletividade o dever de defende-lo para as presentes e futuras gerações” .

De acordo com o que reza a Constituição brasileira, todos os cidadãos e cidadãs tem direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, e que é dever do todos os brasileiros e do estado buscarem conjuntamente atuarem, para que haja em todos os aspectos um ambiente harmônico, preservado e consequentemente equilibrado, uma vez que os recursos naturais são de todos os seres que vivem e dependem dela para sobreviver.

Portanto é enfático lembrar que os diferentes setores econômico e produtivos, também estão enquadrados nos deveres e propósitos legais imposto pela nossa legislação.

As relações com o ambiente são também alvo de deslizes éticos das empresas: políticas inadequadas de manutenção de equipamentos com o objetivo de reduzir os custos que levam a empresa a causar danos ambientais, desrespeito á legislação vigente, recusa quanto à instalação de antipoluentes , uso de embalagens inapropriadas e fabricação de produtos que causam danos ao meio ambiente. (NETO, FROES. 2004, P..)

No que se refere ao processo de ocupação humana do espaço urbano de Adustina, podemos perceber que desde o processo inicial de ocupação e organização, e de infraestrutura urbana, esta cidade apresenta hoje o mesmo perfil das muitas cidades brasileiras, que é não ter em prática uma politica publica voltada para o desenvolvimento humano e ecologicamente equilibrado e sustentável.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Schmidheiny, (1999), nos chama atenção para um fator importante que é a participação de todos os segmentos da sociedade, no que diz respeito às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, uma vez que:

O desenvolvimento sustentável obviamente exigirá algo mais do que prevenir a população e improvisar regulamentações ambientais. Dado que são as pessoas comuns – consumidores, comerciantes, agricultores- que de fato tornam as decisões ambientais do dia-a-dia, é preciso elaborar sistemas políticos e econômicos baseados na participação efetiva de todos os membros da sociedade na tomada de decisões. (SCHMIDHEINY, 1992, P.: 7).

Isso, nos chama a atenção a um fator preocupante, que é a falta de uma série de medidas e práticas voltadas para o combate de ações inadequadas em termos de ocupação e organização estrutural direcionadas para a preservação dos recursos naturais, como uso correto do solo urbano, e especialmente à questão da legitimação da ocupação de áreas consideradas impróprias para construção de moradias, por parte do poder público municipal, como pode ser visto áreas localizadas à margem de riachos sendo loteadas, e que a prefeitura concede alvará de construção aos novos habitantes.

No espaço urbano adustinnrse, podemos encontrar problemas de ordem ambientais como, lixo acumulados nas periferias, principalmente por falta de conscientização da população que insiste em deixa-los em qualquer lugar e sem nenhum tipo de cuidado específico, apesar da prefeitura fazer regularmente a coleta, muito esgoto a céu aberto nas adjacências da cidade, falta de pavimentação de grande quantidade de ruas, o que causa o aparecimento de voçorocas e ravinas aumentando ainda mais o acúmulo de resíduos líquidos e semissólidos nas áreas periféricas, POLUIÇÃO sonora, visual, ausência de áreas verdes, extinção de espécies da flora e da fauna, e falta de uma política pública voltada para a adequação racional do uso dos recursos ambientais existentes.

Nesse aspecto, faz-se necessário chamar atenção para a implantação de uma política ambiental consistente e conscientizadora para que a população possa contribuir na construção de uma cidade mais justa, mais igualitária, mais limpa, mais racional, acima de tudo, Sustentável, garantindo assim melhor qualidade de vida para todos os seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi detectado no decorrer do desenvolvimento do presente trabalho, é coerente afirmar que a nossa cidade, Adustina, surgiu como surgiu a maioria das cidades brasileiras, sem planejamento arquitetônico, sem infraestrutura, sem um plano de

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

manejo e controle ambiental. O que torna grande parte dessas cidades vulneráveis às catástrofes naturais como enchentes, e também propicia a o aparecimento de doenças como dengue, leptospirose (o que é raro em Ajustina), contaminação dos mananciais ou reservatórios de água, e o acúmulo de lixo em determinadas áreas, propiciando a proliferação de agentes transmissores de doenças como ratos, moscas e baratas.

O que de fato está faltando, não só na zona urbana de Ajustina, como também na zona rural, é uma política pública de conscientização, orientação e de organização, para a construção de uma cidade ecologicamente sustentável, na qual a sociedade possa contar constantemente com o apoio do poder público municipal, para a adoção de práticas e hábitos sociais que incentive a coleta seletiva dos resíduos produzidos tanto na zona urbana como na zona rural.

Sabemos que não é só o poder público que deve agir nesse sentido. Todos nós devemos dar a nossa contribuição, já que se trata de uma causa de todos os que fazem parte da sociedade humana e cada um tem de certa forma contribuído para a intensificação do problema e por isso temos a obrigação de ajudar na busca da solução.

Para isso é necessário investimento para a organização e implantação de um local apropriado para receber os materiais reutilizáveis ou recicláveis, e também a construção apropriada de um espaço para o descarte dos resíduos não possíveis de ser reciclados, o qual poderia ser um aterro sanitário, porém apesar das muitas críticas que esse modelo de descarte de resíduos não utilizáveis vem recebendo.

Cuidar do meio ambiente não é só uma questão ambiental literalmente dita, é uma questão necessária de sobrevivência das espécies, e de tentativa de prolongamento da vida no planeta. Se nada for feito com urgência, a vida no planeta poderá estar em contagem regressiva para o uma viagem sem retorno, que é o fim. Cabe a cada um de nós enquanto cidadãos e cidadãs buscarmos meios para que possamos inteligentemente reverter a situação vigente.

Podemos afirmar que cuidar do meio ambiente, é tão necessário como cuidar da própria vida, da própria casa, do próprio corpo, uma vez que somos parte dele. A causa ambiental deve ser abraçada por todos individualmente, coletivamente e institucionalmente. Não podemos esperar para amanhã, ou para que o outro faça. Devemos urgentemente entrar nessa corrida, nem estamos preocupados em saber que vai chegar primeiro, por que o que interessa de fato é salvar o planeta, primeiramente, e consequentemente, salvar-nos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da Republica Federativa do Brasil; 1988. Brasília, 1988.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1998. Brasília, 1998. AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade: caminho ou utopia? Anna Blume. 2006.

COSTA, José Aloisio da. Geografia da População .Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, CESAD, 2009.

MACHADO, Anselmo Belém. Geografia Urbana. São Cristóvão; Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, Cesar. Gestão da Responsabilidade Social corporativa: o caso brasileiro. São Paulo: Qualitymark, 2004.

WEBER, Jacques; BALLY, Denis. Prever é Governar. In; Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: cortes. 2005.

[http:// WWW.IBGE.GOV.BR](http://WWW.IBGE.GOV.BR)

